

## ATA NÚMERO 185/XIII (4.ª)

M

A dezasseis de julho de 2019, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Validação das votações indiciárias realizadas pelo Grupo Trabalho do Desporto da proposta de lei n.º 146/XIII (3.ª) (GOV) - Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto.

3. Validação das votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho do Desporto da proposta de lei n.º 194/XIII (4.ª) (GOV) - Altera a Lei Antidopagem no Desporto.

4. Validação das votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho das apreciações parlamentares n.ºs 62, 63, 65 e 66/XIII (3.ª) - Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril, que regulamenta a Lei do Cinema no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais.

5. Fixação da redação final do [projeto de resolução n.º 1023/XIII \(2.ª\)](#) (PCP) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de valorização do movimento associativo popular

6. Votação na especialidade do [projeto de lei n.º 1020/XIII \(4.ª\)](#) (BE) - Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

7. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018:

- [Projeto de resolução n.º 2134/XIII \(4.ª\)](#) (BE) — Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto ;

- [Projeto de resolução n.º 2137/XIII \(4.ª\) \(PCP\)](#) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto"

8. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 857/XIII \(3.ª\)](#) — Aumenta o valor das coimas aplicadas a empresas que não paguem as taxas de exibição e subscrição que financiam a arte cinematográfica (Terceira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro):

Deputada Relatora: Ana Mesquita (PCP)

9. Discussão do [projeto de resolução n.º 1621/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) — Recomenda ao Governo medidas para a prevenção e segurança de edifícios associados

10. Discussão do [projeto de resolução n.º 2210/XIII \(4.ª\) \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo que mantenha os apoios aos clubes que participam em provas nacionais e que se tenham que deslocar de ou para as regiões autónomas.

11. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 892/XIII \(3.ª\)](#) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais:

Deputado Relator: Pedro Delgado Alves (PS)

12. Outros assuntos.

---

## 1. Informações

Dando início à reunião, o Senhor Presidente em exercício da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado José Carlos Barros, informou que no próximo dia 19 haverá um grande número de votações. Este facto não permite que a DAPLEN possa garantir a disponibilização das propostas de redação final e projetos de decreto antes do dia 26 de julho.

Neste contexto excecional, os serviços solicitam que as reuniões de Comissão para fixação das redações finais só tenham lugar a partir do dia 29 de julho.

Informou também que o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) tinha informado a Comissão que detetou que estava pendente o parecer relativo ao [projeto de lei n.º 892/XIII \(4.ª\)](#) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais. Nesse sentido, solicitou que o agendamento desta iniciativa pudesse ter lugar na reunião, de forma a poder ficar concluída a sua avaliação nesta legislatura e a ser fechada esta pendência, o que não obteve o consenso da Comissão, tendo ficado este ponto adiado para a reunião do dia seguinte.

**2. Validação das votações indiciárias realizadas pelo Grupo Trabalho do Desporto da proposta de lei n.º 146/XIII (3.ª) (GOV) - Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto**

As votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho foram validadas por unanimidade, tendo-se registado as ausências dos Grupos Parlamentares do BE e do CDS-PP.

**3. Validação das votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho do Desporto da proposta de lei n.º 194/XIII (4.ª) (GOV) - Altera a Lei Antidopagem no Desporto**

As votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho foram validadas por unanimidade, tendo-se registado as ausências dos Grupos Parlamentares do BE e do CDS-PP.

**4. Validação das votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho das Apreciações Parlamentares n.ºs 62/XIII, 63, 65 e 66/XIII (3.ª) - Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril, que regulamenta a Lei do Cinema no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais**

As votações indiciárias realizadas pelo Grupo de Trabalho foram validadas por unanimidade, tendo-se registado as ausências dos Grupos Parlamentares do BE e do CDS-PP.

**5. Fixação da redação final do projeto de resolução n.º 1023/XIII/2.ª (PCP) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de valorização do movimento associativo popular**

A redação final foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do BE e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência da Comissão o Senhor Deputado José Magalhães (PS)

#### **6. Votação na especialidade do [projeto de lei n.º 1020/XIII \(4.ª\)](#) (BE) - Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses**

O relatório da votação na especialidade e o texto de substituição podem ser consultados [aqui](#).

#### **7. Votação na especialidade, por analogia do disposto no artigo 150.º do Regimento da Assembleia da República, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 16 de maio de 2018:**

- [Projeto de resolução n.º 2134/XIII \(4.ª\)](#) (BE) — Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto ;
- [Projeto de resolução n.º 2137/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o "Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto"

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto foi adiado para a reunião do dia seguinte.

#### **8. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 857/XIII \(3.ª\)](#) — Aumenta o valor das coimas aplicadas a empresas que não paguem as taxas de exibição e subscrição que financiam a arte cinematográfica (Terceira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro)**

Prescindindo a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) de fazer a apresentação do parecer, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do BE e do CDS-PP.

#### **9. Discussão do [projeto de resolução n.º 1621/XIII \(3.ª\)](#) – Recomenda ao Governo medidas para a prevenção e segurança de edifícios associados**

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) iniciou a sua intervenção afirmando que o movimento associativo popular é o movimento mais amplo do nosso país, com cerca de 30 000 coletividades e associações, 425 000 dirigentes e mais de 3 milhões de associados, tendo-se sempre pautado, pela sua natureza e características, pelos princípios da democracia, da participação, da cooperação e da solidariedade, desenvolvendo uma imensa atividade cultural, desportiva e recreativa, num trabalho de proximidade com as populações locais.

Disse também que o movimento associativo popular, através do trabalho desenvolvido pelas coletividades e associações de cultura e desporto, que tem tido um papel importantíssimo na democratização na cultura e no desporto no nosso país. Em muitas regiões de Portugal, estas associações um dos poucos ou o único ponto de encontro e de desenvolvimento de relações sociais, pelo que a sua importância no seio de muitas comunidades é evidente, inegável e imprescindível.

Referiu que no início deste ano, em Vila Nova da Rainha, um incêndio numa associação cultural e recreativa, além da dimensão trágica ditada pela morte de 8 pessoas e mais de 40 feridos, levantou também a questão das condições de segurança nas sedes das associações e coletividades.

Posteriormente, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, em colaboração com a Autoridade Nacional para a Proteção Civil, elaborou um Manual de Prevenção e Boas Práticas nos Edifícios Associativos - Segurança contra incêndios.

O valoroso trabalho que tem sido desenvolvido pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto em várias dimensões do movimento associativo popular não pode ser pretexto para que o Governo se descarte de responsabilidades que deve assumir no apoio ao movimento associativo popular. Muitas coletividades e associações vão vivendo o seu dia-a-dia em asfíxia, não tendo, muitas vezes, os meios financeiros quer para prosseguir a sua ação, quer para melhorar os seus espaços físicos, tanto mais que esta matéria não estava contemplada nos Planos de Atividades e Orçamentos aprovados em dezembro passado.

Defende o Grupo Parlamentar do PCP que importa dar uma resposta urgente e imediata às necessidades sentidas pelas associações e coletividades no que se refere ao seu edificado, pretendendo assim contribuir para que não voltem a ocorrer situações como a verificada em Tondela e para que as coletividades tenham melhores condições para prosseguir o seu trabalho e intervenção.

Nesse sentido, recomendam ao Governo que alargue de 90 para 180 dias o prazo para a concretização do Programa de Prevenção, previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2018; que durante este período, isente do pagamento de taxas referentes à apreciação das Medidas de Auto Proteção (MAP); e que adote medidas de apoio financeiro para as ações de alteração e adaptação dos edifícios associativos às necessárias condições de segurança.

**10. Discussão do [projeto de resolução n.º 2210/XIII \(4.ª\) \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo que mantenha os apoios aos clubes que participam em provas nacionais e que se tenham que deslocar de ou para as regiões autónomas**

Este ponto foi adiado.

**11. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 892/XIII \(3.ª\)](#) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais**

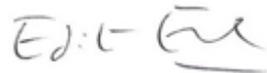
Este ponto foi adiado.

**12. Outros assuntos.**

Naõ se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às .. horas e .. minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(EDITE ESTRELA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP, na reunião de 17 de julho de 2019

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Carla Sousa  
Cristina Jesus  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Helga Correia  
Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
Joel Sá  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Luís Monteiro  
Maria Conceição Loureiro  
Sara Madruga da Costa  
Ana Mesquita  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Silva  
Margarida Mano  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Edite Estrela  
João Pinho de Almeida  
Liliana Silva



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

---

Margarida Balseiro Lopes

Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro do Ó Ramos

Susana Lamas